



Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

MENSAGEM Nº 39 - Veto Parcial da Lei nº 1.477/2021

Vitória da Conquista-BA, 28 de outubro de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
LUIS CARLOS BATISTA DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Vitória da Conquista

Senhor Presidente,

Acusamos o recebimento da **LEI Nº 1.477, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021**, que autoriza o Município a instituir o Programa “Viva Mulher”, para apoio às mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar.

Com fundamento no artigo 53, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, colho a oportunidade para comunicar a essa Augusta Casa o VETO PARCIAL da Lei em epígrafe, de número 1.477/2021.

A Lei nº 1.477/2021, aprovada por esta Câmara de Vereadores e oriunda de PL de autoria de membro desta Casa Legislativa, cuida de importante tema, pois que busca a realização de atividades que têm por finalidade apoiar, no âmbito do Município, as mulheres que estejam em situação de violência doméstica e familiar. Logo, a iniciativa do nobre Vereador autor da proposta legislativa é louvável do ponto de vista do mérito da demanda apresentada e aprovada na CMVC.

Entretanto, a lei, por critérios jurídicos ligados à iniciativa da proposta, deve ser vetada parcialmente pela Prefeita Municipal, senão vejamos.

A citada norma, nos arts. 4º e 6º, encerra comando que estabelece atribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, órgão público componente da Administração Pública Direta, senão vejamos:





Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

Art. 4º - O "Programa Viva Mulher" será operacionalizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em parceria com o Conselho Municipal da Mulher e por um Conselho formado pelos seguintes parceiros:

- I - O Ministério Público do Estado da Bahia;
- II - A Defensoria Pública do Estado da Bahia;
- III - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Bahia, Subseção Vitória da Conquista;
- IV - Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa da Mulher da Câmara Municipal de Vitória da Conquista;
- V - Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM de Vitória da Conquista.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

- I - Auxiliar o Planejamento e gerenciamento das atividades de implantação do Programa;
- II - Mobilizar as empresas para disponibilizar vagas de contratação e oportunidades de trabalho para as mulheres vítimas de violência e abuso;
- III - Cadastrar as empresas interessadas no banco de dados do Projeto, que será alimentado periodicamente, interligando o cadastro das empresas com as respectivas vagas a serem preenchidas;
- IV - Realizar o controle das vagas cadastradas no Banco de Dados, monitorando a quantidade ofertada a fim de garantir o fluxo de encaminhamento das vítimas de violência doméstica para as vagas previamente cadastradas no banco de dados;
- V - Atualizar as parceiras, bimestralmente, sobre a lista das vagas disponíveis junto às empresas cadastradas no Banco de Dados.

Ocorre que, nos termos expressos na Lei Orgânica do Município, art. 46, III, c/c art. 74, I, c, é da competência privativa da Prefeita Municipal a iniciativa de leis que versem sobre atribuições dos órgãos públicos componentes do Poder Executivo, como é o caso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Em sendo assim, ao estabelecer, nos arts. 4º e 6º, atribuições de órgão público componente do Poder Executivo, é fácil concluir que esta parte da Lei deve ser vetada, visto que afronta à Lei Orgânica e, indiretamente, também à Constituição Federal. Além disso, com base no mesmo art. 74, I, c, da LOM, a criação de órgãos públicos componentes da Administração Direta, como o Conselho mencionado no art. 4º da Lei objeto desta





Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

mensagem, também se encontra entre os temas de iniciativa exclusiva da Chefia do Poder Executivo, razão pela qual reforça-se a necessidade do veto ora exposto.

Nestes termos, por óbvio, os arts. 4º e 6º da Lei referida nesta mensagem, oriunda de PL de autoria de membro da CMVC, por conterem vício de iniciativa, merecem ser vetados, tendo em vista a já apontada ofensa à Lei Orgânica do Município e também à Constituição Federal, de maneira indireta.

Ademais, reforçando a necessidade de veto aos artigos antes mencionados, pela leitura do art. 82 da Lei Orgânica do Município, percebe-se que as competências das Secretarias Municipais deverão ser estabelecidas em Lei Complementar, que não foi a forma escolhida nesta Lei.

Pelo exposto, fica clarividente que, por contrariar a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, é obrigação da ocupante da Chefia do Executivo vetar os textos integrais dos arts. 4º e 6º da Lei nº 1.477/2021, atendendo ao tanto estabelecido no § 2º do art. 53 da Lei Orgânica do Município:

Art. 53 (...)

(...)

§ 2º Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias, contados da data do seu recebimento.

Ademais, a possibilidade de vetar parcialmente o texto de Lei aprovada pelo Poder Legislativo local consta de autorização expressa conferida à Chefia do Poder Executivo Municipal pelo §2º do art. 53 da Lei Orgânica Municipal, anteriormente citado.

Outrossim, a possibilidade do veto parcial atingir integralmente o texto de artigo consta de norma expressa presente no §4º do art. 53 da Lei Orgânica do Município, conforme pode ser observado pela leitura do excerto abaixo transcrito:

Art. 53 (...)

(...)

§ 4º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou de alínea.





Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

Assim, Senhor Presidente, cumpro com a obrigação de **vetar, de forma parcial**, a Lei nº 1.477/2021, no que tange ao texto integral dos arts. 4º e 6º, nos termos da fundamentação retro, submetendo o veto à deliberação da Câmara Municipal.

Com protestos de consideração e apreço,


Ana Sheila Lemos Andrade
Prefeita Municipal

